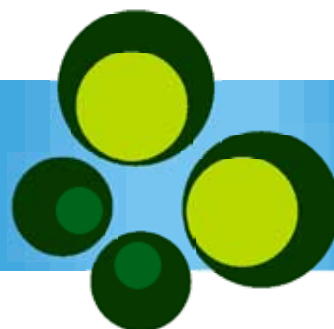


Bloco 2



Panorama da caça no Brasil



Aspectos Históricos da Caça no Brasil nos Séculos XVIII e XIX

Hugo Fernandes-Ferreira¹ & Rômulo Romeu Nóbrega Alves²

Recebido em 08/02/2018 – Aceito em 01/10/2018

RESUMO – Este trabalho teve como objetivo abordar o histórico sobre a caça de animais silvestres no Brasil nos séculos XVIII e XIX. Nossas discussões apontam que os documentos do século XVIII primordialmente serviam apenas como informes ao império português sobre os aproveitamentos potenciais da fauna nativa, com poucas mudanças em relação aos dois primeiros séculos pós-descobrimento. O cenário muda drasticamente com a abertura dos portos para as nações estrangeiras no século XIX. Foi possível identificar mudanças no *status* de conservação de algumas espécies em relação aos dias de hoje, tais como depleções populacionais e extinções locais.

Palavras-chave: Antropologia; conservação; etnozootologia; história da zoologia; sociologia.

ABSTRACT – Historical Aspects of Hunting in Brazil in the XVIII and XIX Centuries. This work aims to analyze the history of the hunting of wildlife in Brazil in the 18th and 19th centuries. Our discussions point out that the documents in the 18th century served primarily to report the potential uses of the native fauna to the portuguese empire, with few changes in relation to the first two centuries of the colonial period. The scenario changed drastically with the opening of the ports to the foreign nations in the 19th century. It was possible to identify changes in the conservation status of some species in relation to the present day, such as population depletions and local extinctions.

Keywords: Anthropology; conservation; ethnozootology; history of zoology; sociology.

RESUMEN – Aspectos Históricos de la Caza en Brasil en los Siglos XVIII y XIX. Este trabajo tuvo como objetivo abordar el histórico sobre la cacería de animales silvestres en Brasil en los siglos XVIII y XIX. Nuestras discusiones indican que los documentos del siglo XVIII sirven inicialmente como informes para el imperio portugués acerca de posibles explotaciones de la fauna nativa, con pocos cambios en los primeros dos siglos del período colonial. El escenario cambia drásticamente con la apertura de los puertos a las naciones extranjeras en el siglo XIX. Fue posible identificar cambios en el estado de conservación de algunas especies en relación a los días de hoy, como por ejemplo depleciones poblacionales y extinciones locales.

Palabras clave: Antropología; conservación; enozootología; historia de la zoología; sociología.

Afiliação

¹ Universidade Estadual do Ceará/UECE. Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, Brasil.

² Universidade Estadual da Paraíba/UEPB, Brasil.

E-mail

fernandes.ferreira@uece.br, romulo_nobrega@yahoo.com.br

Introdução

Embora escassos quando comparados a outros campos do conhecimento biológico, estudos históricos relacionados à zoologia apresentam grande importância em um cenário científico e conservacionista. Como exemplo, documentos elaborados no passado podem trazer espécies ora descritas como abundantes e que hoje podem estar em declínio ou até extintas. Do mesmo modo, locais que abrigavam determinados animais podem não indicar qualquer registro atual dessas populações (Medeiros & Alves 2018). Esses relatos pretéritos rotineiramente são acompanhados por descrições do ambiente, bem como dos usos humanos associados na época. Tais documentos, aliados à compreensão da História per se, com suas nuances sociais, políticas e econômicas, são fundamentais para o entendimento da taxonomia, biogeografia, das mudanças a que os ecossistemas foram submetidos e dos consequentes impactos sofridos por essas populações (Nomura 1998, Straube & Urben-Filho 2001, Papavero & Teixeira 2011).

Dentre esses impactos, as atividades cinegéticas ocupam posição bastante destacada. O abate para fins alimentares, medicinais, mágico-religiosos, entre outros, é uma das relações mais antigas entre humanos e outros animais, e foi imprescindível para a evolução de Hominidae, sobretudo quanto a aspectos cerebrais e cognitivos. Essa condição obviamente tem promovido mudanças profundas na composição e distribuição de espécies cinegéticas por dezenas de milênios, provocando efeitos ecológicos em cascata praticamente impossíveis de serem rastreados por completo (Henshilwood & Marean 2003, Speth 2010, Alves *et al.* 2018).

No Brasil, esse cenário não é diferente, e a sobre-exploração da fauna nativa tem causado alterações preocupantes na diversidade biológica (Fernandes-Ferreira *et al.* 2012, Alves *et al.* 2016, Constantino 2016, Sousa & Sberk-Araújo 2017). Fernandes-Ferreira (2014), em um tratado sobre a caça no Brasil, estima que cerca de 530 espécies de vertebrados terrestres sejam abatidas apenas para fins alimentares, provocando dezenas de extinções locais e algumas globais, como é o caso do mutum-de-alagoas (*Pauxi mitu*). O manuscrito aponta que, após o início do período colonial, a caça no país passou a apresentar um aspecto bastante miscigenado quanto às técnicas e animais preferenciais. Até então, essa atividade vinha sendo documentada apenas pontualmente nesses mais de 500 anos, sendo desacompanhada, com raras exceções, de uma literatura que a analisasse em uma abordagem mais específica.

Tal panorama reflete um aspecto negativo sob um ponto de vista científico, pois, para entender profundamente os impactos advindos da caça, é imprescindível que haja um levantamento bem conduzido de dados pretéritos. A análise exclusiva do aspecto histórico da atividade no Brasil só veio a ser abordada no referido tratado e, posteriormente, em outros dois documentos. Fernandes-Ferreira *et al.* (2016) realizaram um levantamento de documentações sobre a caça brasileira durante os dois primeiros séculos de colonização europeia. Já em uma análise cienciométrica, Fernandes-Ferreira & Alves (2017) apontaram mais de 70 publicações acadêmicas envolvendo atividades cinegéticas no país.

Desse modo, o presente trabalho tem o objetivo de continuar a cronologia dessa série, abordando o histórico sobre as atividades cinegéticas no Brasil nos séculos XVIII e XIX, com base no resgate de documentos oficiais, pinturas, códices e relatos de expedições naturalistas. As referências foram consultadas visando à extração de informações acerca da captura e do uso da fauna de aves, mamíferos, répteis e anfíbios por populações indígenas e não-indígenas em todo o território nacional. As identificações dos animais citados foram feitas ao longo do texto e no nível taxonômico mais específico possível, e seguem Percequillo & Gregorin (2018).

O levantamento foi realizado através da aquisição de bibliografia em sebos e livrarias, além da procura em museus, pinacotecas e bibliotecas de referência no país e no exterior. A lista das instituições e sítios virtuais onde ocorreram as pesquisas podem ser conferidas em Fernandes-Ferreira *et al.* (2016).

Século XVIII: um retorno ao obscurantismo

Fernandes-Ferreira *et al.* (2016) afirmam que, de modo geral, os relatos de caça nos dois primeiros séculos pós-descobrimto tinham como objetivo informar o império português sobre as riquezas potenciais da colônia, tais como animais que poderiam ser aproveitados para fins alimentícios e comerciais ou aqueles que pudessem trazer riscos à vida humana. A principal exceção a esse cenário foi o período da ocupação holandesa, na primeira metade do século XVII. O compêndio *Historia Naturalis Brasilliae*, publicado pelo naturalista George Marcgrave, inaugura as primeiras análises da fauna brasileira em uma perspectiva mais científica (Marcgrave 1648), tanto que o livro serviria, no século seguinte, como base primordial para as descrições binomiais de Carolus von Linnaeus para a América do Sul.

Com o fim da presença holandesa, encerraram-se os trabalhos de investigação minuciosa sobre as riquezas naturais e, junto com os estudos sobre fauna, os comentários sobre a caça passam a ser encontrados novamente de forma esparsa e pouco aprofundada. Cabe pontuar também que, em 1604, a corte portuguesa fechava os portos brasileiros para embarcações estrangeiras, o que, conseqüentemente, proibia a visita de naturalistas renomados, deixando o país em um grave obscurantismo científico até 1810. Esse panorama, felizmente, contrastava com algumas brechas importantes no século XVIII. Em Santa Catarina, vários navios que estavam cruzando a travessia Atlântico-Pacífico tinham a permissão de aportar, o que possibilitou a investigação de alguns pesquisadores, como aponta a compilação de Berger (1984). À guisa de exemplo, o engenheiro militar francês Amédée Frazier, em 1712, dedicou passagens sobre a fauna brasileira em suas anotações, nas quais menciona superficialmente o consumo de cracídeos e psitacídeos, estes últimos também reportados pelo navegador britânico George Shelvocke como “bom prato”, além de mencionar o uso de cães na caça e a defesa contra a *Panthera onca*, em 1720.

Após a assinatura do Tratado de Madri, entre Portugal e Espanha, em 1750, o império lusitano incumbiu alguns técnicos de trabalharem no estudo das fronteiras. Dentre eles, estava o naturalista italiano Antonio Giuseppe Landi, que elaborou um códice com a descrição da fauna e flora da capitania do Grão-Pará, o qual ficou guardado na Biblioteca Municipal do Porto até ter a parte faunística analisada, anos depois, quando foram reveladas descrições e desenhos sobre várias espécies cinegéticas (Nomura 1998).

Relevantes também foram algumas contribuições das expedições promovidas pela Companhia de Jesus. Papavero & Teixeira (2011) resgatam um manuscrito do clérigo lusitano Antônio Moreira, também sobre o Grão-Pará, nos idos de 1750. Há menções sobre a caça de porcos silvestres (*Tayassuidae*), veados (*Cervidae*), cutias (*Dasyprocta* spp.), tatus (*Dasyrodidae*), tapitis (*Sylvilagus brasiliensis*), pacas (*Cuniculus paca*), tamanduás (*Myrmecophagidae*), antas (*Tapirus terrestris*), gambás (*Didelphis* spp.), macacos (Primates), onças (*Felidae*), iguanas (*Iguana iguana*), peixe-bois (*Trichechus inunguis*), jacarés (*Alligatoridae*), jabutis (*Chelonoidis* sp.) e quelônios aquáticos. Interessante ressaltar que, para algumas espécies, o padre aponta um consumo exclusivo ou majoritário pelos indígenas, em contraste com a rejeição por parte da população branca.

“Um destes [primatas] é uma regalada iguaria para os índios e também para alguns brancos. Os índios comem ordinariamente toda casta de macacos. (...) Não costumam-nas [quelônios] comer – senão os índios (...)”

Destacam-se também os relatos sobre preferências de caça, de acordo com o tamanho e o sabor das presas, por parte dos indígenas, como se nota na passagem sobre o consumo de *Sylvilagus brasiliensis*.

“No Maranhão há – em vários sítios – coelhos da mesma espécie e gosto que os do Reino, mas como tem caças melhores, não se ocupam os moradores em procurá-los.”

As “caças melhores” citadas pelo autor certamente se referem a espécies cinegéticas de maior porte, como paca, veado, anta, entre outras. Geralmente, espécies mais apreciadas são aquelas que possuem grande biomassa, padrão que se mantém constante, conforme apontam diversos estudos realizados em todo o mundo, principalmente na região tropical (Peres & Nascimento 2000, Van Vliet *et al.* 2011).

Sobre a captura de veados, Moreira cita o uso de cães que forçam os cervídeos a pularem no rio, onde estariam esperando os caçadores, técnica que ainda hoje é utilizada na Amazônia (Fernandes-Ferreira 2014). Ainda sobre os cães, há informação de que existia um comércio muito valorizado na região. Além disso, foi citada a coleta com arpões para jacarés.

Em 1783, o guarda-mor paulista Manoel Cardoso de Abreu, em um documento sobre os sertões de Mato Grosso e São Paulo, citou o rio Tietê como fértil em caça, reportando o consumo de algumas espécies. Cabe destacar as citações sobre os “monos”, referência a *Brachyteles arachnoides*, primata criticamente ameaçado e atualmente extinto da região do Tietê. Em 1789, o médico português Francisco de Antônio Sampaio publica o segundo tomo do livro *História dos reinos vegetal, animal e mineral do Brasil, pertencente à medicina*, onde se referia especificamente aos animais. Nessa resma, é citada a captura, o consumo e a domesticação de diversas espécies identificadas posteriormente por Nomura (1998). Atualizando a taxonomia, temos *Alouatta belzebul*, *Euphractus sexcinctus*, *Dasyopus nomencinctus*, *Callithrix jacchus*, *Cuniculus paca*, *Dasyprocta* sp., *Pecari tajacu*, *Penelope superciliaris*, *Ortalis* sp., *Icterus jamacaii*, *Crypturellus notivagus*, dentre outras. Quanto às técnicas, a mais mencionada é o uso de cães, embora haja menções à captura manual e ao uso de arco e flecha. Sobre as finalidades de uso, há citações sobre alimentação, zooterapia e criação de aves canoras e de primatas em cativeiro, nada muito divergente do padrão relatado por outros autores daquele século e de tempos anteriores (Fernandes-Ferreira 2016).

Em 1789, Christoph Gottlieb von Mürr publicou um compêndio das anotações do padre Johann Breuer, um jesuíta alemão que realizou missões no Nordeste e Sudeste brasileiro entre 1741 e 1757, mas que teve sua principal atuação na missão de Ibiapaba, região serrana do noroeste cearense, sobre a qual as anotações publicadas por Mürr se dedicam (Papavero *et al.* 2011). O padre compila, além de diversos aspectos morfológicos, a caça e uso por populações humanas de mamíferos com registro atualmente documentado para o estado do Ceará, como *Sapajus libidinosus*, *Alouatta belzebul ululata*, *Conepatus amazonicus*, *Leopardus* spp., *Dasyopus* spp., *Euphractus sexcinctus* e *Pecari tajacu*. Além disso, o clérigo cita animais que não possuem coleta ou documentação atual para o estado como “ay” ou “preguiça” (*Bradypus tridactylus*), e extintos como “danta” ou “anta” (*Tapirus terrestris*), como apontam as análises de Fernandes-Ferreira *et al.* (2014). O autor também menciona “tigre” (*Panthera onca*) como ocorrente para a área, espécie cuja primeira amostra biológica procedente do estado do Ceará, uma pele de um indivíduo abatido em 1975 por caçadores, foi depositada na Coleção de Mamíferos da Universidade Federal da Paraíba, em 2014, com procedência justamente para a Serra de Ibiapaba.

Outro jesuíta que mencionou atividades cinegéticas foi o português João Daniel, que foi enviado, em 1741, para a capitania do Grão-Pará, onde, por 16 anos, morou e percorreu fazendas e aldeias na região amazônica (Nomura 1998). Suas observações foram transcritas para a obra *Tesouro Descoberto no Rio Amazonas*, publicada postumamente, já no século XX (Daniel 1976). Por consistir-se em relatos de um longo período de investigações, esse documento conta com uma riqueza de detalhes importante no que concerne à fauna amazônica e seus respectivos usos por seres humanos.

Quanto ao abate de animais silvestres, há informações esparsas nos capítulos de descrição da fauna atribuídas a jacarés, quelônios aquáticos, lontra (*Lontra longicaudis*), peixe-boi, ema (*Rhea americana*), iguana, colhereiro (*Platalea ajaja*), anatídeos, cracídeos, tucano (Ramphastidae), araras (*Ara* spp.), periquitos (Psittacidae), tinamídeos, além de menções sobre o uso de aves canoras (Passeriformes) aprisionadas em gaiolas e mamíferos criados por comunidades locais. Sobre as emas, padre Daniel já apontava uma depleção populacional na região do Maranhão, bem como uma alternativa de manejo.

“Domestica-se a ema como qualquer outro pássaro, e seria uma grande conveniência se se introduzisse entre as aves domésticas, ao menos por regalo, e raridade.”

As duas previsões do clérigo acabaram por se confirmar. A espécie, de fato, sofreu grave depleção populacional no Nordeste brasileiro e, inclusive, extinção local, a exemplo dos estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Todavia, a criação de emas em cativeiro é uma realidade, embora pontual, em alguns estados brasileiros (Olmos & Albano 2013, Fernandes-Ferreira 2014).

Já o capítulo XIX do códice de Daniel era totalmente dedicado ao cenário venatório da Amazônia, algo muito raro dentre os investigadores até aquela época. Ali, o clérigo introduzia os animais cinegéticos, afirmando que, apesar de aquela região não oferecer as grandes e famosas espécies africanas e asiáticas, havia qualidade e quantidade de outros animais, suficientes para não desmerecer o cenário. É pormenorizado o abate de antas, onças, jaguatiricas (*Leopardus pardalis*), porcos silvestres, jacarés, quando (*Coendou sp.*), capivaras (*Hydrochaerus hydrochoeris*), pacas, lobos guará (*Chrysocyon brachyurus*), cervídeos, cutias, tamanduás, gambás, preguiças (Folivora), tapitis e os mefitídeos *Conepatus amazonicus*, bem como algumas técnicas de aproximação e captura com cães, espingardas, chiqueiros, mundéus, métodos de espera e zagaia.

Os relatos relevantes sobre a cinegética brasileira no século XVIII encerram-se com os manuscritos do naturalista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira, que descreveu sua viagem de nove anos pelo Brasil, principalmente pela região amazônica, entre 1783 e 1792, a pedido da Secretaria dos Negócios do Ministério de Domínios Ultramarinos do governo português, com a finalidade de levantar dados de fauna, flora, geografia e etnografia do estado do Grão-Pará. Suas obras eram destinadas somente para fins governamentais e, das vinte memórias relativas à zoologia, a maioria foi publicada já no século XX (Nomura 1998). Além disso, parte da coleção de Ferreira que fora enviada a Portugal, para o Museu de Lisboa, foi redirecionada para o Museu de Paris, durante a invasão francesa no território lusitano, no início do século XIX. O transporte e o posterior inventário ficaram a cargo do naturalista Etienne Geoffroy Saint-Hilaire. Não há consenso entre pesquisadores contemporâneos se esse redirecionamento foi através de saqueamento (Vanzolini 1996) ou doação espontânea (Sick 1997).

É possível encontrar relatos sobre caça nos seguintes códices: *“Memoria sobre o peixe-boi e do uso que lhe dão no estado do Grão-Pará”*, *“Observações Geraes e Particulares sobre a Classe dos Mammaes, observados nos trez Rios, das Amazonas, Negro e da Madeira”*, *“Memórias sobre as Tartarugas”*, *“Memória sobre as variedades de tartarugas que há no estado do Grão-Pará”*, *“Relação dos animais quadrúpedes silvestres que habitam nas matas de todo o continente do estado do Grão-Pará”* e *“Lista dos animais que fazem objeto das caçadas e das pescarias dos índios”*, todos eles parte da publicação póstuma *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá* (Ferreira 1972).

As espécies, finalidades de uso e técnicas relatadas pouco diferem daquelas apresentadas pelos naturalistas supracitados que estiveram na mesma região. Entretanto, cabe ressaltar algumas particularidades. É notável o quanto a questão da caça e o consumo alimentar eram fatores de grande influência, inclusive para uma espécie de classificação zoológica proposta pelo naturalista, como se nota no subtítulo do códice *“Relação dos animais quadrúpedes silvestres que habitam nas matas de todo o continente do estado do Grão-Pará, divididos em três partes: primeira dos que se apresentam na mesa por melhores; segunda, dos que comem os índios em geral e alguns brancos quando andam em diligência pelo sertão; terceira, dos que não se comem”*.

Constata-se também, a exemplo de documentos de outros viajantes, aqui elencados, a afirmação de que a dieta dos indígenas abrangia mais espécies que as do homem branco, bem como aspectos superficiais sobre as diferenças do consumo entre classes sociais, quando, por

exemplo, aponta-se que a carne de capivara era consumida apenas por índios ou brancos pobres. Esse padrão também se estendeu ao longo dos séculos seguintes. Redford & Robinson (1987), em uma revisão sobre os padrões de caça nas florestas úmidas neotropicais, apontam grandes diferenças entre as atividades não-índigenas e indígenas. Embora as populações alóctones tenham acesso a uma gama maior de tecnologias, elas tendem a exercer taxas menores de captura, tanto em riqueza como em abundância, em relação a comunidades indígenas.

Século XIX: os relatos das expedições científicas e o pioneirismo da literatura cinegética brasileira

No dia 28 de janeiro de 1808, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, devido à invasão francesa em território lusitano, foi promulgada, pelo príncipe-regente Dom João de Bragança, uma Carta Régia que sinalizava o Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas. Inicialmente, a concessão se restringia à Inglaterra e, depois, em 1810, passou a abranger outros países, o que possibilitou a vinda de diversos naturalistas estrangeiros, principalmente europeus (Vanzolini 1996, Sick 1997).

Esse novo cenário promoveu um padrão de investigação bastante diferente do que vinha sendo executado pelos viajantes e naturalistas que retrataram o Brasil no século anterior. Na Europa, já há décadas eram desenvolvidos estudos avançados relacionados à história natural, motivados, principalmente, pelo advento das obras sistemáticas de Carolus von Linnaeus, exigindo, portanto, um estudo morfológico mais complexo e um aumento do número de amostras biológicas, dentre outros pormenores (Kury 2001).

Entretanto, se por um lado houve avanços nesse cerne, a caça e o consumo de animais silvestres continuavam sendo mencionados de forma superficial, e as espécies, finalidades de uso, bem como técnicas de captura citadas quase nada diferiam daquelas que já haviam sido reportadas pelos antecessores. Portanto, serão elencadas aqui apenas as personagens mais importantes que porventura citaram atividades venatórias praticadas pelos nativos brasileiros antes de adentrar, de forma mais aprofundada, nos autores que se dedicaram exclusivamente ao estudo cinegético.

Em 1815, desembarcou em território brasileiro, onde permaneceu por três anos fazendo levantamentos de fauna, flora, etnografia, inclusive sob uma ótica biogeográfica, o então príncipe da Renânia, Maximilian zu Wied Neuwied. Em sua obra *Viagem ao Brasil*, publicada originalmente em 1820, registrou apontamentos superficiais sobre a caça por algumas etnias indígenas e relatou, com riqueza de detalhes, os métodos de coleta científica por parte de sua equipe (Wied-Neuwied 1989).

No ano seguinte, o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire chegou ao Rio de Janeiro e iniciou suas expedições pelo Brasil até 1822, acompanhado do zoólogo Antoine Delalande. Saint-Hilaire redigiu diversos documentos a fim de retratar minuciosamente as expedições. Com exceção das obras sobre as plantas brasileiras, praticamente todas as outras continham passagens sobre excursões cinegéticas ou mesmo sobre técnicas indígenas e rurais. À guisa de exemplo, em seu livro *Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, de 1830, o naturalista teceu relatos minuciosos, em primeira pessoa, sobre as atividades de caça por populações autóctones desses dois estados. É interessante seu apontamento sobre o uso de cães mestiços (e não os de raça cinegética, utilizados na Europa) para a caça de veados na localidade de Vila do Príncipe, que hoje representa o município de Serro, estado de Minas Gerais, precisamente na zona da Serra do Espinhaço (Saint-Hilaire 1975).

Em 1817, uma expedição científica suíça acompanhou a princesa D. Leopoldina, que tempos mais tarde viria a se tornar a esposa de Dom Pedro I. Os maiores nomes da composição eram Johannes Natterer, Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Phillip von Martius (Sick 1997). Natterer passou dezoito anos coletando milhares de indivíduos da fauna, flora e objetos etnográficos, mas teve suas anotações perdidas em um incêndio no Museu de Viena, em 1848.

Considerando o apreço que nutria pela coleta etnográfica, certamente muitas informações sobre o caráter venatório de comunidades autóctones brasileiras também foram ali incineradas. Spix e Martius publicaram uma obra que posteriormente fora traduzida em diversos idiomas, *Viagem pelo Brasil nos anos de 1817 a 1820* (Spix & Martius 1938), que continha, a exemplo de Saint-Hilarie, alguns relatos sobre caça. Anos depois, Martius (1863) publicou *Nomina animalium in lingua Tupi*, com diversas nomenclaturas de espécies úteis aos indígenas brasileiros.

Naquele mesmo ano, iniciava-se a Missão Artística Francesa, que fundou a Academia Imperial de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Dentre os viajantes, estava o pintor Jean Baptist Debret, que se instalou no país durante quatorze anos e retratou, de forma realista, aspectos antropológicos, naturais e da sociedade urbana, rural e indígena do Brasil. Entre 1834 e 1839, publicou *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil, ou séjour d'un artiste française au Brésil, depuis 1816 jusqu'en en 1831 inclusivement*, traduzido em português como *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, composta por 220 imagens distribuídas em 153 pranchas comentadas pelo próprio autor. Além dessas, Debret retratou diversos outros cenários não inclusos em seu livro (Bandeira & Lago 2013). É possível notar em seus quadros várias passagens relacionadas à cultura cinegética. A caça retratada sob a luz das artes plásticas também pode ser encontrada na obra de outros pintores renomados daquela época, como o alemão Johann Moritz Rugendas, e os franceses Nicolas Antoine Taunay e Auguste François Biard.

No ano de 1848, o naturalista inglês Henry Walter Bates, em conjunto com Alfred Russel Wallace, chegou ao Brasil para estudos biológicos. Bates, em *The Naturalist on the River Amazon*, publicado originalmente em 1863, relatou dezenas de expedições de caça com etnias da região do Amazonas, pormenorizando espécies abatidas e métodos empregados. Wallace, em 1853, em sua obra *Palm trees of the Amazon and their uses*, também dedicou algumas palavras ao uso de animais pelos indígenas, a exemplo do manejo que estes faziam com as plumagens de psitacídeos (conhecido como “tapiragem”), relatos que serviram, inclusive, ao interesse de Charles Darwin (Sick 1997).

Cabe destacar também as contribuições da Expedição Thayer, liderada pelo suíço Jean Louis Rodolphe Agassiz, acompanhado por sua esposa, Elizabeth Cary Agassiz, a qual se incumbiu de redigir os relatos da viagem, que abrangeu o Rio de Janeiro, Minas Gerais, região Nordeste e Amazônia. Embora o naturalista estivesse empenhado em fazer daquela viagem uma tentativa de provar a invalidade da teoria evolucionista proposta por Charles Darwin, com quem travava embates históricos (Meirelles-Filho 2009), há várias passagens acerca de atividades de caça executadas pelo casal e por indígenas e rurais que o acompanhavam, documentados na obra *A Journey in Brazil* (Agassiz & Agassiz 1868).

Relevantes são também os comentários do geólogo estadunidense James Orton na obra *The Andes and the Amazon, or across the continent of South America* (Orton 1870), na qual retratou a caça indígena, inclusive ilustrando o uso de zarabatanas.

As atividades cinegéticas também foram contempladas sob a ótica da antropologia clássica, desde as expedições pioneiras no Brasil, protagonizadas pelo etnógrafo alemão Karl von den Steinen, na obra *Durch zentral-brasilien expedition zur erforschung des Schingú im Jahre 1884*, publicada em 1886 em alemão e, em 1942, em português (Steinen 1942). Em 1898, chegava ao Brasil o também alemão Theodor Koch-Grünberg, que, assim como Steinen, executou suas pesquisas antropológicas na região amazônica, as quais originaram três obras, sendo a mais famosa *Vom Roraima zum Orinoco, Ergebnisse einer Reise in Nordbrasilien und Venezuel in den Jahrer 1911-1913*, publicada originalmente em 1921 e traduzida para o português mais recentemente (Koch-Grünberg 2005), a qual contém passagens minuciosas sobre técnicas indígenas de captura de fauna.

Não podemos deixar de destacar a influência de outro alemão, Hermann von Ihering, que, por 25 anos, exerceu o cargo de direção do Museu Paulista. Ele foi o primeiro cientista a pleitear uma lei de regulamentação para as atividades de caça no Brasil, até então completamente

desamparadas sob o ponto de vista judicial, algo que só viria a se concretizar em 1934 (Fernandes-Ferreira & Alves 2014). Também o suíço Emil Goeldi, diretor do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, que hoje leva o seu nome, publicou uma bibliografia didática, *Os mamíferos do Brasil* (Goeldi 1893) e *As aves do Brasil* (Goeldi 1894), que continha passagens sobre uso de fauna por populações autóctones.

O advento da real literatura cinegética brasileira

A primeira bibliografia dedicada exclusivamente às atividades cinegéticas brasileiras foi publicada apenas em 1860, primeiramente em anonimato e, depois, reconhecida como de autoria de Francisco Adolfo de Varnhagen, o visconde de Porto Seguro. Filho de uma portuguesa com um empresário alemão, Varnhagen era diplomata, militar e se dedicou a obras sobre história brasileira, sendo a mais relevante o livro *Notícia do Brasil*. Intitulada *A Caça no Brasil ou Manual do Caçador de toda a América Tropical*, a obra foi organizada em tópicos, com ricos detalhes sobre o cenário cinegético nacional (Varnhagen 1860).

No capítulo I, o autor aborda os primórdios da caça para o ser humano como insumo alimentar, atividade física, escape para o ócio, simulacro de guerra, atividade em equipe, inteligência, estudo zoológico, dentre outras. Algumas passagens são interessantes de serem transcritas:

“Compendiamos aqui alguns preceitos deste bello exercício, temos o fito de (...) consignar algumas lembranças sobre o assumpto, já no sentido de ver se chegamos a legislar a respeito dessa riqueza pública do paiz (que hoje nem sequer se chega a considerar que o é) (...)”

Nesse trecho, nota-se a preocupação do autor com a então falta de legislação quanto às atividades cinegéticas, bem como com a falta de reconhecimento da sociedade em relação à caça como uma atividade de importância. Em outra sentença, observamos a preocupação sobre o que não deveria ser caçado – como animais domésticos, carneiros e de baixo potencial defensivo.

“Entre os caçadores de prêz se deve reputar ignóbil apontar a uma égua que paste no campo, como a um corvo que descarne um cadáver, a uma torpe preguiça, como a uma rôla arrolhadora que estivesse no ninho alimentando os tenros filhinhos.”

Algumas notas sobre extinção local de espécies, causada pela caça descontrolada, e o respectivo impacto ambiental já eram mencionadas. Varnhagen afirma que em algumas províncias não se encontrava mais o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*) e, por consequência, crescia o número de onças atacando bezerras.

É interessante notar o caráter conservacionista apresentado pelo autor, e que seria acompanhado por outros escritores ao longo dos próximos anos. Fernandes-Ferreira & Alves (2014) relatam que a figura do caçador perante à sociedade, hoje imbuída de aspectos geralmente bastante negativos nas sociedades urbanas, antigamente era colocada como exemplo de coragem, nacionalismo e proteção à natureza. Cabe ressaltar que os primeiros pedidos de áreas protegidas no Brasil provêm justamente de manuscritos publicados por caçadores profissionais, a exemplo de Varnhagen.

Em contraste a esse padrão, o diplomata sugeria que fossem premiados caçadores que entregassem animais por ele considerados “daninhos”, como “tigres, sariguês, raposas, morcegos, cobras, etc.”. Não havia, portanto, nenhuma preocupação com a preservação de animais que oferecessem algum risco potencial à vida humana. Todavia, ele também apontava a necessidade de

punir aqueles que caçassem desordenadamente, fosse uma desordem qualitativa ou quantitativa. Ao final do capítulo, ele propõe uma legislação a ser adotada pela corte, embasada na emissão de licenças de caça, períodos de defeso, penalidades e premiações.

No último parágrafo, Varnhagen avisa ao leitor que não irá descrever armadilhas utilizadas para a caça, tais como “*mondéos, fojos (...), redes, tramalhos, aranhões, costellas, boizes, esparrelas, ichões, bretes, albardilhas, arapucas, juquiás e tantas outras armadilhas*”, pois as considera como técnicas destruidoras e não pertencentes ao “*nobre caçador*”. De fato, o livro é todo concentrado nas técnicas ativas com arma de fogo, nos moldes da caça esportiva europeia.

O segundo capítulo é dedicado a uma breve revisão bibliográfica sobre a caça no mundo, na qual o autor afirma que já havia cerca de mil livros sobre o tema naquela época. O fato de aquele ser o primeiro livro dedicado exclusivamente ao assunto no Brasil já denotava o atraso do país diante do resto do mundo. O terceiro é dedicado aos detalhes sobre a escolha da espingarda de caça, bem como algumas dicas de treinamento. O capítulo IV trata do manuseio da pólvora, chumbo, cápsulas, bolsas, facas, bússola, kit de primeiros socorros, mantimentos, carga dos auxiliares de campo, vestimenta e calçados.

No quinto, ele retrata as armas utilizadas pelos caçadores brasileiros, afirmando que arcos e flechas eram restritos aos indígenas e àqueles que não possuíam condições financeiras de adquirir e manter uma espingarda. Ao comentar sobre o bodoque (também denominado atualmente de estilingue, baladeira), o historiador afirma que “*no sertão do Brasil ainda é usado*” e complementa, escrevendo que é um utensílio comumente encontrado nas mãos de crianças, fato até hoje percebido nos rincões brasileiros. Também elenca outras armas como o *chuço ou azagaia* (zagaia) e o *laço de bola*.

Os dois capítulos seguintes designam o uso de animais como auxiliares no processo de captura. O primeiro, sobre aves de rapina, em que o autor afirma que, apesar de algumas espécies brasileiras terem sido enviadas à Europa desde o século XVI para a prática de falcoaria, tal atividade não é comum no Brasil, mas que deveria despertar maior interesse por parte da população. Inclusive, cita que as espécies que atenderiam a essa atividade com mais facilidade seriam os carcarás (provavelmente *Caracara spp.* ou *Mivalgo chimachima*) e *queriqueris* (prov. *Falco spp.*). O segundo trata do uso do cão doméstico, com explicações pormenorizadas sobre seleção, alimentação, condicionamento, aptidão de cada raça, treinamento e prática em campo.

Antes de adentrar no detalhamento da fauna cinegética, Varnhagen registra, no capítulo VIII, alguns conselhos aos iniciantes sobre humildade, treino, necessidade de aprendizado com caçadores experientes, manejo com a arma, cuidados preventivos e outras minúcias.

O capítulo IX, “*Da Caça em Geral*”, tem um caráter nomenclatural importante, que denotava dois grupos zoológicos artificiais, parafiléticos e separados de acordo com critérios tanto biológicos como de métodos de caça.

“A caça, considerada em toda a sua generalidade, pode ser: 1º, de volateria ou de aves; 2º, de pêlo ou de animais.”

O diplomata, mais uma vez, chamava a atenção para a deficiência de legislação, denunciando a sobre-exploração de animais cinegéticos, pautando que os períodos de defeso estariam a cargo somente de caçadores com “*generosidade de animo e patriotismo*”. Ele complementa o referido capítulo com mais dicas sobre escolhas de dias, horários e locais para as atividades.

O décimo capítulo retrata a caça de aves, enquanto o seguinte aborda a caça de mamíferos e répteis. Neles, há subdivisões que explicitam as técnicas de localização e abate para cada um dos mais importantes animais cinegéticos, com alguns detalhes para morfologia e comportamento. Quanto às aves, esses tópicos retratam as perdizes (*Tinamidae*), “*outras aves semelhantes às perdizes*” (*Tinamidae, Odontophoridae, Rallidae*), “*jacús, motuns, etc.*” (*Cracidae*),



“pombos, pombas e rolas” (Columbidae), “papagaios e periquitos” (Psittacidae), “aves aquáticas e do brejo” (Anatidae), “galinhas, frangãos d’água e outros ribeirinhos de bicos rasteiros ou narcejas” (Rallidae), “garças” (Ardeidae), “guarás, tocanos, etc.” (Treskiornithidae, Ramphastidae) e “emas” (*Rhea americana*). Já em relação aos outros animais, os tópicos são divididos pelas descrições da caça de “antas” (*Tapirus terrestris*), “pacas” (*Cuniculus paca*), “cavivaras” (*Hydrochaerus hydrochaeris*), “veados” (Cervidae), “porcos do matto” (Tayassuidae), “cutias” (*Dasyprocta* spp.), “raposas e semelhantes” (Canidae e Procyonidae), “monos, macacos e bogios” (Primates), “tatus, lagartos, tartarugas, jabotis, etc.” (Dasypodidae, Squamata, Testudines) e “tigres, onças e dos cachorros haguás chimarrões”. Este último tópico se refere à caça de *Panthera onca*, *Puma concolor* e de cães ferais.

Tais capítulos proporcionam, em algumas passagens, certas discussões de grande importância atual. Para a caça de antas, o autor afirma a abundância dessa espécie em regiões serranas da província do Rio de Janeiro, situação que difere bastante do status de ameaça de *T. terrestris* na Mata Atlântica atualmente, a qual, de acordo com Médici *et al.* (2012), encontra-se como criticamente em perigo. Alguns animais, como a cavivara, cutia, macacos, papagaios, tucanos e garças são tratados pelo autor como caça de pouco interesse. Na caça de cutia, ele chega a afirmar que era quase exclusivamente exercida pelos “caipiras, matutos e caboclos”. No caso de primatas, pela primeira vez na literatura brasileira há a documentação do forte tabu alimentar envolvendo o abate e consumo desses animais, os quais, embora amplamente consumidos na Amazônia (Peres 2000, Fernandes-Ferreira 2014), são geralmente rechaçados por comunidades da Mata Atlântica (Cullen-Jr *et al.* 2000), região onde se concentravam as atividades de Varnhagen.

“Mas não seremos nós quem dará preceitos para esta caça [a de primatas], quando protestámos não commetter mais simicídio, desde os escrúpulos que nos acommetteram em certa ocasião em que, ferindo na arvore um bogio, o ouvimos logo lamentar-se e quasi que reprehender a nossa crueldade, quando pono a mão na ferida, olhava para ella esanguentada, e logo para nós.”

A caça esportiva de raposas foi tida como de pouca frequência no Brasil, com exceção do estado de Pernambuco, em que principalmente a família Sá e Albuquerque, a exemplo da caça da raposa britânica, exercia a atividade nas matas daquele estado. Outro fato que merece destaque é que, embora haja um discurso de proteção à fauna cinegética para a maioria dos animais citados, tal discurso definitivamente não é aplicado para grandes felinos ou qualquer espécie que potencialmente ofereça risco à vida humana ou a de animais domésticos.

“(…) é a caça dos tigres e onças a que, a par das cobras, mais se devia estimular entre nós por meio de todo o genero de recompensas, inclusivamente pecuniárias. (...) Animar esta caça entre o povo, seria abrir estímulos ao desenvolvimento da coragem e valor dos Brasileiros.”

O livro de Francisco Varnhagen ainda reserva um capítulo final para os primeiros-socorros, remédios e demais cuidados para com os cães domésticos. Como suplemento, o autor apresenta um glossário com os termos mais usuais relacionados às atividades venatórias com 106 verbetes.

Três anos depois da publicação de Varnhagen, surge o livro “Escola de Caça ou Monteria Paulista”, de autoria do Dr. Joaquim de Paula Sousa (Sousa 1863). Segundo consta em Lessa (1944), a obra sempre foi de extrema raridade e, de acordo com nossas pesquisas, infelizmente não restam exemplares disponíveis em bibliotecas acessíveis, muito menos em meio virtual.

A última obra daquele século foi elaborada por Henrique Silva, em 1898, denominada “A Caça no Brasil Central” e depois reeditada sem data exata, mas que, segundo Lessa (1944), possivelmente foi após o ano de 1906, sob o título de “Caças e Caçadas no Brasil” (Silva 1898),

acrescida de algumas figuras e de um vocabulário de caça. A obra começa um tanto quanto polêmica, por dois motivos. O autor afirma que, antes dessa obra, havia, além do manuscrito de Varnhagen, um livro denominado “*Tratado de Caça*”, que seria da autoria de Paula Sousa, em 1860. Lessa (1944) afirma que esse título é inexistente, uma vez que o próprio Sousa (1863) aponta que somente a publicação de Varnhagen precede à sua, no que concerne a análises detalhadas das atividades de caça no Brasil. No prólogo, assinado pelo General Couto de Magalhães, que viria a se tornar diretor da Revista Caça e Pesca, em 1941, há também algumas críticas em relação às duas obras anteriores. E, em diversas passagens nos capítulos de autoria de Silva, provocações diretas em relação à obra do Visconde de Porto Seguro.

“Bemvindo seja, o seu livro de caça no Brasil, que não preencheram os dous tratados brasileiros a esse respeito, o do Visconde de Porto Seguro, que aliás não era caçador, e o do Dr. Joaquim de Paula Sousa, grande caçador paulista (...), tendo em alta escala o cunho nacional, mas, ambos com um defeito – o de escreverem muito à europeia as scenas grandiosas e nossa natureza selvagem.”

“(...) A caça no Brasil ou Manual do caçador em toda a América Tropical, livrinho que parece escripto para a puerícia (...)”

De fato, pelo menos na narrativa de Varnhagen (1860), é possível encontrar uma forte influência da bibliografia europeia disponível na época, tanto na estrutura dos tópicos, como na descrição das atividades e, inclusive, na comparação da morfologia e nomenclatura dos animais brasileiros com as da fauna do Velho Mundo. Já a obra de Silva é fortemente entremeada pelo positivismo, corrente filosófica nascida na França no início do século XIX e que tinha o ufanismo como uma das características mais importantes. No Brasil, essa inclinação política ganhou força no final daquele século, servindo inclusive como um dos principais alicerces ideológicos para a proclamação da República, em 1889 (Lins 1964).

“Desejaria que no seu livro todos os animaes de caça tivessem, não só o nome portuguez, como o nome da língua brasileira e americana que é o tupi.”

A estrutura do livro, entretanto, não difere muito do apresentado por Varnhagen em “*A Caça no Brazil*”. A principal divergência está no detalhamento e na robustez. Trata-se de uma obra maior e mais rica. O primeiro capítulo apresenta as categorias, marcas, estrutura, manejo, acondicionamento, dentre outras particularidades envolvendo o uso de armas de fogo, contando, inclusive, com fórmulas matemáticas para a carga de pólvora, de acordo com o tamanho do calibre da espingarda. Com o mesmo padrão de minúcias, os comentários do Capítulo II são dedicados aos cães de caça.

O restante salienta a fauna cinegética, em que alguns pormenores merecem ser discutidos. Naquela época, a bibliografia pós-lineana sobre a fauna brasileira, embora fosse científica, ainda contava com comentários sobre a caça de algumas espécies (especialmente as de uso alimentar). A obra de Henrique Silva, em uma espécie de contrapartida, marca o início dessa influência científica sobre os trabalhos envolvendo estritamente a questão da caça. A descrição das espécies venatórias vinha acompanhada da nomenclatura científica, de diagnoses morfológicas e alguns aspectos ecológicos e de distribuição geográfica no país, embasada principalmente pelos trabalhos de Emilio Goeldi. Abordagens etológicas também eram comuns, embora estivessem quase restritas ao comportamento de fuga, camuflagem, ataque e defesa.

Importante realçar que, apesar de contar com a bibliografia científica da época como alicerce para seu trabalho, Silva não dispensava algumas críticas a alguns naturalistas.

“(...) devemos insistir na necessidade dos homens de sciencia conhecerem melhor nossas espécies e submete-las a uma nomenclatura menos vaga que a da systematica lineana (...).”

“(...) A caça abunda no Alto-Brasil, mas é necessário saber descobri-la e para isso é preciso ser caboclo, o que equivale a ser meio Tupinambá. O Europeu nada consegue. É capaz de tomar um fructo de acajú por uma gallinha do matto.”

Há também alguns trechos que denotam a hierarquia arraigada na caça brasileira. Segundo o autor, o costume local era reservar os sábados para a atividade dos ricos fazendeiros e os domingos para os empregados pobres.

Assim como em Varnhagen (1860), poucas técnicas de captura são mencionadas, à exceção das ativas com armas de fogo. Silva menciona o laço, *mondéo*, laço de bola e a armadilha com espingarda, salientando o desencorajamento desse último método, devido ao risco que ele traz ao ser humano.

A amplitude do trabalho de Henrique Silva proporciona alguns comentários relacionados ao impacto que a caça já havia provocado naquele período. Ele afirma que mamíferos de menor porte, como cutias e coelhos, são muito apreciados nas regiões litorâneas, pois ali as espécies de grande porte já seriam raras. Considerando os relatos de abundância da fauna de grande porte que pode ser encontrada nos escritos dos primeiros viajantes, cuja maioria explorou a faixa litorânea brasileira, é possível presumir que tal impacto tenha sido provocado, principalmente, pelas atividades cinegéticas, já que a ocupação e exploração nessas regiões próximas à costa foram bem mais antigas e concentradas do que no interior do país. Em outros trechos, o autor documenta e inclusive prevê a extinção local de algumas espécies.

“Tatú-canastra (...) abunda bastante no Brasil Central, onde, é de se prever, não longe se tornará raridade, como succedera n’outras regiões do paiz, onde outrora habitava e hoje nem se encontra rasto. Com razão se attribue o facto de sua tendencia ao desaparecimento (...) à activa caça que lhes movem os indígenas e os sertanistas que lhes cubiçam as grandes unhas e os cascos (...).”

O tatu-canastra (*Priodontes maximus*) atualmente é considerado como ameaçado de extinção na categoria “vulnerável” pela IUCN (2017) e ICMBio (2014). De fato, as populações da região central do Brasil, assim como profetizou Henrique Silva, ainda sofrem com a retirada direta de biomassa, o que certamente tem causado forte depleção (Silveira *et al.* 2009, Desbiez & Kluyber 2013).

O autor também documenta algumas crenças populares, enfatizando deidades ainda hoje presentes no folclore brasileiro, como a Caipora, Anhangá e Curupira, e retrata algumas menos fantasiosas, como a crença que reza que alguns felinos silvestres conseguem imitar sons de suas presas para atraí-las, fato rejeitado pela comunidade científica até a publicação de Calleia *et al.* (2009), que publicaram a estratégia de um indivíduo de gato-maracajá (*Leopardus wiedii*) imitando a vocalização do primata sauí-de-coleira (*Saguinus bicolour*) para predá-lo. Silva, por vezes, também atrela romantismo a sua narrativa, pleiteando maior valorização e proteção aos “campos rupestres” do Brasil Central, tornando-se possivelmente o primeiro a endossar de forma literal uma perspectiva conservacionista ao Cerrado brasileiro.

Análise do histórico cinegético brasileiro nos séculos XVIII e XIX

Assim como mencionado por Fernandes-Ferreira *et al.* (2016) para os séculos XVI e XVII, os relatos sobre a caça brasileira do século XVIII seguiram primordialmente servindo apenas como informes ao império português sobre os aproveitamentos potenciais da fauna nativa. Entretanto, há algumas mudanças significativas. Nesse período, detalhes como as diferenças quanto aos métodos e à diversidade de espécies cinegéticas entre populações indígenas e não-indígenas permitem uma análise mais robusta sobre um padrão até hoje discutido por pesquisas etnobiológicas (Robinson & Redford 1987, Mesquita & Barreto 2015).

Com relação ao século XIX, o cenário muda drasticamente com a abertura dos portos em 1808 e 1810. Documentos elaborados pelos exploradores revelam minúcias que possibilitam, inclusive, apontar mudanças profundas na conservação animal brasileira, quando comparada aos dias de hoje.

A depleção populacional de algumas espécies devido à sobre-exploração pode ser observada através da comparação entre os relatos de abundância do passado com os dados atuais de ameaça. Por exemplo, a anta (*Tapirus terrestris*), citada como abundante na Mata Atlântica (Varnhagen 1860) e ocorrente no Ceará por Breuer, no século XVIII (Papavero *et al.* 2011), tem suas populações atuais na floresta úmida em perigo e as do estado cearense, bem como as de todo o bioma da Caatinga, regionalmente extintas (Médici *et al.* 2012). Outro animal frequentemente citado como alvo de caça desde os primeiros relatos (provenientes principalmente da Mata Atlântica próxima ao litoral brasileiro) é a *Panthera onca*, cujas populações nessa região são consideradas como criticamente em perigo (Morato *et al.* 2013).

Mesmo após a abertura dos portos, é notável ainda que o estudo cinegético não tenha acompanhado a complexidade com a qual se imergiu a literatura zoológica, simplesmente porque o foco dos viajantes eram questões mais específicas em relação à morfologia, sistemática, taxonomia, biogeografia e biologia, à exceção dos primeiros estudos antropológicos desenvolvidos por Steinen e Koch-Grünberg.

Somente através de Varnhagen (1860) é que surge a primeira bibliografia dedicada ao tema. Se considerarmos que a literatura cinegética europeia, inclusive a portuguesa, foi publicada desde o século XVI, como citam Galvão *et al.* (1941), há aí uma ampla diferença de cerca de 400 anos em relação à brasileira. É claro que temos que considerar a diferença do caráter dessa atividade entre os dois continentes. Na Europa, as atividades venatórias já possuíam um caráter desportivo desde a Idade Média, sendo realizadas não só pelas camadas mais baixas das sociedades, como também por membros de reinados, dinastias, alto clero e alta burguesia. Já no Brasil, esse caráter, durante mais de dois séculos, era praticamente exclusivo da população branca abastada. Com exceção dessa camada social, a caça era um item de extrema necessidade para praticamente todas as comunidades indígenas e rurais que aqui viviam.

O estudo dos aspectos históricos dos séculos XVIII e XIX, corroborando dados previamente publicados para outros períodos (Fernandes-Ferreira & Alves 2016, 2017), permite afirmar que a caça nunca foi uma atividade de definição simples, única e imutável ao longo do tempo. A ampla diversidade de técnicas, espécies envolvidas e, principalmente, de finalidades de uso, revela uma complexidade de análises muito subestimada. À exceção das pesquisas acadêmicas, a percepção social e, sobretudo, as políticas públicas ainda não são condizentes com toda a gama de nuances sociais e ambientais que a atividade exige para sua real compreensão e mitigação de impactos. Desse modo, torna-se fundamental que estudos históricos como este sejam encorajados e utilizados para ajudar a entender o cenário atual e a traçar estratégias políticas efetivas de conservação, através de ações específicas para cada nuance.

Referências bibliográficas

- Agassiz, L. & Agassiz, E.C.C. 1868. **A journey in Brazil**. Ticknor. 540p.
- Alves, R.N.N.; Souto, W.M.S.; Fernandes-Ferreira, H.; Bezerra, D.M.M.; Barboza, R.R.D & Vieira, W.L.S. 2018. The Importance of Hunting in Human Societies, p. 95-118. *In: Alves, R.N.N. & Albuquerque, U.P (eds.). Ethnozoology: animals in our lives*. Elsevier. 540p.
- Bandeira, J.B. & Lago P.C. 2013. **Debret e o Brasil, obra completa**, 1816-1831. Editora Capivara. 712p.
- Berger, O. 1984. **Ilha de Santa Catarina, relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**. UFSC. 335p.
- Calleia, F.O.; Rohe, F. & Gordo, M. 2009. Hunting strategy of the margay (*Leopardus wiedii*) to attract the wild pied tamarin (*Saguinus bicolor*). **Neotropical Primates**, 16(1): 32-34.
- Constantino, P. 2016. Deforestation and hunting effects on wildlife across Amazonian indigenous lands. **Ecology and Society**, 21(2): 1-10.
- Cullen-Jr, L.; Bodmer, R.E. & Valladares Pádua, C. 2000. Effects of hunting in habitat fragments of the Atlantic forests, Brazil. **Biological Conservation**, 95(1): 49-56.
- Daniel, J. 1976. **Tesouro descoberto no rio Amazonas**. Biblioteca Nacional. 766p.
- Desbiez, A.L.J. & Kluyber, D. 2013. The Role of Giant Armadillos (*Priodontes maximus*) as Physical Ecosystem Engineers. **Biotropica**, 45(5): 537-540.
- Fernandes-Ferreira, H. & Alves, R.R.N. 2014. Legislação e mídia envolvendo a caça de animais silvestres no Brasil, uma perspectiva histórica e socioambiental. **Gaia Scientia**, 8(1): 99-120.
- Fernandes-Ferreira, H. & Alves, R.R.N. 2017. The researches on the hunting in Brazil: a brief overview. **Ethnobiology and Conservation**, 6: 1-6.
- Fernandes-Ferreira, H. 2014. **A caça no Brasil: panorama histórico e atual**. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas). Universidade Federal da Paraíba. 481p.
- Fernandes-Ferreira, H.; Mendonça, S.V.; Albano, C.; Ferreira, F.S. & Alves, R.R.N. 2012. Hunting, use and conservation of birds in Northeast Brazil. **Biodiversity and Conservation**, 21(1): 221-244.
- Fernandes-Ferreira, H.; Moura, G.J.B. & Alves, R.R.N. 2016. História da caça no Brasil nos séculos XVI e XVII, p. 311-333. *In: Fraga, J. & Marques, J. (Org.) Ecologia humana e agroecologia*. SABEH. 334p.
- Fernandes-Ferreira, H.; Nascimento, H.; Lima, D.C.; Gurgel-Filho, N.M. & Alves, R.R.N. 2014. História da Zoologia no Estado do Ceará - Parte I, Vertebrados Continentais. **Gaia Scientia**, 8(1): 99-120.
- Ferreira, A.R. 1972. **Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá**. Conselho Federal de Cultura.
- Galvão, H.; Montês, A. & Cruz, J.A.F. 1941. **A caça no império português**. Vol. 1 e 2. Editorial Primeiro de Janeiro.
- Goeldi, E.A. 1863. **Os mamíferos do Brasil**. Livraria Clássica de Alves. 182p.
- Goeldi, E.A. 1864. **As aves do Brasil**. Livraria Clássica de Alves. 312p.
- Henshilwood, C.S. & Marean, C.W. 2003. The origin of modern human behavior. **Current Anthropology**, 44(5): 627-651.
- Koch-Grünberg, T. 2005. **Do Roraima ao Orinoco**. Editora Unesp. 374p.
- Kury, L. 2001. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista, experiência, relato e imagem. **História, ciências, saúde – Manguinhos**, 8: 863-880.
- Lessa, C.R. 1944. **Vocabulário de Caça**. Companhia Editora Nacional. 10p.
- Lins, I.M.B. 1964. **História do positivismo no Brasil**. Companhia Editora Nacional. 661p.
- Marcgrave, G. 1648. **Historiae Naturalis Brasiliae**. Elsevier.

- Martius, K.F.P. 1863. **Glossaria linguarum brasiliensium, Glossarios de diversas lingoas e dialectos, que fallao os Indios no imperio do Brazil. Wörterammlung brasilianischer sprachen.** Druck von Junge & Sohn. 546p.
- Medeiros, M.F.T. & Alves, R.R.N. 2018. Studying Ethnozoology in Historical Documents, p. 45-52. *In: Alves, R.N.N. & Albuquerque, U.P (eds.). Ethnozoology: animals in our lives 45-52.* Elsevier. 540p.
- Medici, E.P.; Flesher, K.; Beisiegel, B.M.; Keuroghlian, A.; Desbiez, A.L.J.; Gatti, A., ... & Almeida, L.B. 2012. Avaliação do risco de extinção da anta brasileira *Tapirus terrestris* Linnaeus, 1758, no Brasil. **Biodiversidade Brasileira**, 2(3): 103-116.
- Meirelles-Filho, J.M. 2009. **Grandes Expedições à Amazônia Brasileira.** Metalivros. 243p.
- Mesquita G.P. & Barreto, L.N. 2015. Evaluation of mammals hunting in indigenous and rural localities in Eastern Brazilian Amazon. **Ethnobiology and Conservation**, 4: 1-14.
- Morato, R.G.; Beisiegel, B.M.; Ramalho, E.E.; Campos, C.B. & Boulhosa, R.L.P. 2013. Avaliação do risco de extinção da onça-pintada *Panthera onca* (Linnaeus, 1758) no Brasil. **Biodiversidade Brasileira**, 3(1): 122-132.
- Nomura, H. 1998. **História da Zoologia no Brasil, Século XVIII.** Publ. Avuls. Mus. Bocage, Museu Nacional de História Natural. 315p.
- Olmos, F. & Albano, C. 2013. The birds of the area of the National Park Serra da Capybara (Piauí, Brazil). **Revista Brasileira de Ornitologia**, 20(49): 15-41.
- Orton, J. 1875. **The Andes and the Amazon, or, across the continent of South America.** Harper & brothers. 645p.
- Papavero, N.; Teixeira, D.M. & Chiquieri, A. 2011. As “adnotaciones” do Jesuíta Johann Breuer sobre a história natural da Missão de Ibiapaba, Ceará (1789). **Arquivos de Zoologia**, 42(3): 133-159.
- Percequillo, A.R. & Gregorin, R. 2018. **Catálogo taxonômico da Fauna do Brasil – Mammalia.** <<http://fauna.jbrj.gov.br/fauna/faunadobrasil/64>>. (Acesso em 19/01/2018).
- Peres, C.A. 2000. Evaluating the impact and sustainability of subsistence hunting at multiple Amazonian forest sites, p. 31-56. *In: Robinson, J.G. & Bennett, E.L. Hunting for sustainability in tropical forests.* Columbia University Press. 582p.
- Redford, K. & Robinson, J.G. 1987. A game of choice, patterns of indian and colonist hunting in the Neotropics. **American Anthropologist**, 89: 650-67.
- Saint-Hilaire, A.D. 1975. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.** Itatiaia. 378p.
- Sick, H. 1997. **Ornitologia brasileira.** Nova Fronteira. 912p.
- Silva, H. 1898. **Caças e caçadas no Brasil.** Oficinas da Livraria Moderna. 267p.
- Silveira, L.; Jácomo, A.T.A.; Furtado, M.M.; Torres, N.M.; Sollmann, R. & Vynne, C. 2009. Ecology of the giant armadillo (*Priodontes maximus*) in the grasslands of central Brazil. **Edentata**, 8 (10): 25-34.
- Sousa, J.A.C. & Srбек-Araujo, A.C. 2017. Are we headed towards the defaunation of the last large Atlantic Forest remnants? Poaching activities in one of the largest remnants of the Tabuleiro forests in southeastern Brazil. **Environmental monitoring and assessment**, 189(3): 197-206.
- Sousa, J.P. 1863. **Escola de Caça ou Monteria Paulista.** Tipografia Perseverança. 94p.
- Speth, J.D. 2010. **The Paleoanthropology and Archaeology of Big-game Hunting, Protein, Fat, Or Politics?** Springer. 233p.
- Spix, J.B. & Martius, K.F.P. 1938. **Viagem pelo Brasil.** Imprensa Nacional.
- Steinen, K. 1942. **O Brasil Central.** Companhia Editora Nacional. 417p.
- Straube, F.C. & Urben-Filho, A. 2001. Análise do conhecimento ornitológico da região noroeste do Paraná e áreas adjacentes, p. 223-229. *In: Albuquerque, J.L.B.; Cândido Jr., J.F.; Straube, F.C. & Roos, A.L. (eds.). Ornitologia e conservação: da ciência às estratégias.* Unisul. 341p.



van Vliet, N.; Nasi, R. & Taber, A. 2011. From the forest to the stomach, bushmeat consumption from rural to urban settings in Central Africa, p. 129-145. *In*: Schakleton, S.; Schakleton, C. & Stanley, P. (eds.). **Non-timber forest products in the global context**. Springer Berlin Heidelberg. 286p.

Varnhagen, F.A. 1860. **A Caça no Brazil, ou, Manual do Caçador, em toda a América tropical, acompanhado de um glossário dos termos usuas de caça**. E. & H. Laemmert.

Wied-Neuwied, A.P.M. 1989. **Viagem ao Brasil (Portuguese translation of Reise nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817)**. Editora Itatiaia. 540p.

Biodiversidade Brasileira – BioBrasil

Número temático Caça: subsídios para gestão de unidades de conservação
e manejo de espécies

n. 2, 2018

<http://www.icmbio.gov.br/revistaeletronica/index.php/BioBR>

Biodiversidade Brasileira é uma publicação eletrônica científica do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que tem como objetivo fomentar a discussão e a disseminação de experiências em conservação e manejo, com foco em unidades de conservação e espécies ameaçadas.

ISSN: 2236-2886